



Pesquisa mostra que 67,5% dos brasileiros têm medo de sofrer agressões se expressarem preferência por candidatos. Especialistas avaliam que impunidade ainda é muito grande e encoraja represálias

Maioria da população teme violência política

» RAPHAEL FELICE
» VICTOR CORREIA

Escalada de violência política faz com que sete em cada 10 pessoas tenham medo de sofrer agressões por expressar pensamentos e apoio a candidatos, bem como sua posição ideológica. É o que diz uma pesquisa do Instituto Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pela Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps).

Em percentuais, 67,5% dos entrevistados admitiram receio de ser vítima de violência por conta de sua posição política. Além disso, 3,2% dos ouvidos na pesquisa relataram ter sofrido ameaças nos últimos 30 dias, aproximadamente 5,5 milhões de brasileiros. O instituto entrevistou 2.100 pessoas com 16 anos ou mais em 130 municípios (de pequeno, médio e grande porte), entre 3 e 13 de agosto.

A pesquisa mediu os posicionamentos por meio de uma série de questionamentos relacionados a três diferentes pontos de vista: tendência à democracia, tendência a apoiar posicionamentos autoritários e apreço aos direitos humanos, civis e sociais, como o acesso às armas. Conforme o levantamento, 66% dos entrevistados entendem que armar a população não vai aumentar a segurança.

O aumento da violência política é monitorada pela organização de direitos humanos Terra de Direitos, que publicou um levantamento de casos entre 2016 e 2020 e trabalha agora na atualização dos dados. Para a coordenadora de Incidência Política da ONG, Giseli Barbieri, as ações de combate ainda são insuficientes para conter os ataques.

“A violência está ocorrendo de forma sistemática e é utilizada para atingir objetivos específicos. É superimportante ter várias

Eduardo Matysiak/PT



Em julho, ato em Foz do Iguaçu em memória de Marcelo Arruda, petista assassinado por um bolsonarista, pediu o fim da violência política

organizações e institutos tentando mapear essa violência, mas a gente percebe que a impunidade ainda é muito grande, e isso também encoraja os algozes”, avaliou Giseli Barbieri.

Segundo a Terra de Direitos, nos casos mapeados, os homens são as maiores vítimas dos assassinatos políticos, enquanto as mulheres sofrem mais violência em geral, com casos de intimidação, ofensas e ameaças. “No período da pandemia, os casos de violência virtual também aumentaram muito. Não se tem resposta em relação a esses casos. As pessoas, cada vez mais, têm medo de se expor e têm dificuldade de denunciar”, destacou.

Para Silvana Batini, professora de FGV Direito Rio e ex-procuradora regional eleitoral do Rio de Janeiro, o constrangimento causado pela ameaça de violência espelha o que é visto em áreas dominadas pelo crime organizado, especialmente no estado.

“O que a gente está verificando agora é que há um outro tipo de constrangimento mais disseminado, que é esse intangível, o medo de ser abordado por conta de você ostentar sua escolha (de candidato). A democracia não é silenciosa e, às vezes, não é nem comportada, mas as pessoas precisam poder se manifestar sem temer ser agredidas por isso”, afirmou.

Silvana Batini enfatizou que a Justiça Eleitoral tem mecanismos para lidar com a violência física, mas não com o que chama de “marketing violento” usado por algumas campanhas para gerar conteúdo, envolvendo ataques e agressões verbais a opositores para filmar ou provocar reações.

Assassinatos

Nos últimos meses, a violência chegou a extremos, com desfechos fatais. Em 9 de julho, o policial penal federal Jorge Guarinho matou a tiros o tesoureiro do PT, o guarda municipal Marcelo Arruda, em Foz do Iguaçu (PR). O

bolsonarista soube de uma festa de aniversário com o tema do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em um clube do qual é sócio. O agente provocou o petista ao chegar ao local e, após uma discussão, foi para casa, buscou uma arma e disparou contra o opositor para filmar ou provocar reações.

No último dia 9, um apoiador do presidente Jair Bolsonaro (PL) matou a facadas um eleitor de Lula. Em meio a uma briga por divergência política, Rafael Silva de Oliveira, de 24 anos, assassinou Benedito dos Santos, seu colega de trabalho. O crime ocorreu na zona rural do município de Confresa, em Mato Grosso.

Pedidos de cassação

O Conselho de Ética da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) já recebeu oito representações contra o deputado estadual Douglas Garcia (Republicanos). O parlamentar atacou a jornalista Vera Magalhães nos bastidores do debate da TV Cultura, na última terça-feira. Na abordagem, ele a hostilizou, repetindo acusações feitas anteriormente pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), e repetiu alegações falsas sobre o salário da apresentadora na emissora.

O próximo passo do Conselho de Ética é notificar Garcia. A partir do recebimento do e-mail, o parlamentar terá o prazo de cinco sessões legislativas para apresentar sua defesa prévia sobre o episódio.

A tendência é de que as representações sejam apensadas (reunidas) para que a tramitação ocorra de forma unificada, a exemplo do caso do ex-deputado Arthur do Val, cassado em maio. O Conselho de Ética se reúne para avaliar a admissibilidade do processo após o deputado apresentar sua defesa prévia. As punições possíveis vão de advertência até cassação. Apenas as duas últimas são mais graves, suspensão do mandato e cassação, precisam ser votadas em plenário.

Garcia também é alvo de uma representação da candidatura coletiva Bancada Feminista do PSol, mas como a peça não é de autoria de deputados, não é encaminhada para o Conselho de Ética. Em vez disso, segue para apreciação da Mesa Diretora da Alesp. Procurado pela reportagem, o parlamentar não se manifestou.

Tarcísio

O candidato ao governo de São Paulo Tarcísio de Freitas (Republicanos) afirmou, ontem, que não condenou o insulto do presidente Jair Bolsonaro (PL) a Vera Magalhães — durante o debate da Band, em 28 de agosto — da mesma forma que recriou uma atitude de Garcia porque os contextos eram “absolutamente diferentes”.

“O Bolsonaro reagiu a uma pergunta e o deputado foi para o evento e não tinha nada a ver instigar uma jornalista que estava lá trabalhando, cumprindo seu papel. Desnecessário, né? Ele não tinha direito de fazer aquilo”, declarou Tarcísio.

O concorrente ao Palácio dos Bandeirantes disse que imaginava que o parlamentar ia “se comportar” no debate. “Eu podia imaginar que o cara vai abordar uma jornalista com celular no rosto dela? O parlamentar tem instrumentos para pedir esclarecimentos. A TV Cultura é uma empresa estatal, então ele pode entrar com um requerimento de informação, convocar uma CPI, pode convocar no Parlamento para prestar esclarecimento. Tem muito instrumento que o mandato lhe oferece para fazer questionamento. Não é daquela forma, totalmente inadequada”, acrescentou.

Moraes: “Adversários não são inimigos”

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Alexandre de Moraes, lamentou, ontem, a escalada da violência política. Em discurso na abertura da sessão de julgamentos, o ministro afirmou que “estamos vendo alguns acontecimentos, lamentáveis mesmo, de violência, seja violência física, como ocorreu entre eleitores, seja de violência verbal”. “Tivemos a oportunidade de ver recentemente um deputado estadual agredir uma jornalista, o que está fora dos padrões da civilidade”, acrescentou.

Moraes fez referência à jornalista Vera Magalhães, hostilizada pelo deputado bolsonarista Douglas Garcia (Republicanos), após debate com candidatos ao governo de São Paulo, na terça-feira. No dia seguinte, o magistrado determinou que a Procuradoria-Geral Eleitoral do estado investigue o caso.

“Adversários não são inimigos. Adversários devem se respeitar e jogar a regra do jogo, que, no caso eleitoral, é a legislação eleitoral

e a Constituição. É um momento importante para que consigamos chegar ao dia 2 de outubro com serenidade e tranquilidade”, destacou o ministro.

O TSE acompanha os casos de violência e tomou medidas para tentar coibir os ataques neste período de campanha. Uma delas foi a criação, em 1º de setembro, de um Núcleo de Inteligência específico para o tema, em parceria com o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares (CNCG). O grupo atuou, por exemplo, na monitoração dos atos do 7 de Setembro.

Além disso, na semana passada, a Corte baixou uma resolução impedindo que cidadãos que não estejam a serviço da Justiça Eleitoral, mesmo os que integram as forças de segurança, portem armas de fogo a menos de 100 metros das seções eleitorais.

Membros do TSE também realizam uma série de reuniões com partidos, ONGs e outras organizações abordando o tema.

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



O ministro lamentou casos de violência física e verbal nestas eleições e pediu serenidade

Os 10 partidos que compõem a chapa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediram à Corte, nesta semana, mais medidas para prevenir a violência. No documento, a Coligação Brasil da Esperança defende que os ataques têm “ultrapassado características

de gênero e incorrido sobre os mais singelos atos, como declarar posicionamento político, autoproclamar apoiador de determinado candidato ou simplesmente expressar/manifestar opinião política”. As legendas também culpam o presidente Jair

Bolsonaro (PL) e apoiadores pelo aumento da hostilidade.

Entre as providências pedidas à Corte está a criação de um canal direto de denúncias para casos de violência e intolerância no site do TSE, acessível por qualquer pessoa. (RF e VC)